

Dívida impõe novo conceito de cooperação mundial

Quando o Brasil se prepara para reiniciar as negociações com os credores externos, em sequência aos contatos informais que o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, manteve nos Estados Unidos no mês passado, é oportuno tomarmos conhecimento de que, agora, também a Argentina pretende modificar a postura adotada para com sua dívida, em busca de condições que não sacrifiquem tanto a expansão do mercado doméstico. Sem regras mais flexíveis do que as atuais, certamente a Argentina teria de submeter-se a um novo e forte ajustamento interno, pois suas necessidades de refinanciamento serão bem maiores no próximo ano do que neste. Mas no país, hoje, não há mais nem disposição nem espaço político para esse ajustamento, como disse a este jornal Roberto Frenkel, um dos principais assessores do ministro da Economia, Juan Sourrouille.

Embora tenha optado por seguir a via tradicional, buscando o aval do Fundo Monetário Internacional (FMI) antes de negociar com os bancos e organismos go-

vernamentais, a Argentina está, pois, enfrentando o mesmo problema de estrangulamento externo do Brasil, que, entre os grandes devedores, é o único que vem tentando um novo caminho para o equacionamento dessa questão. Isso comprova que o modelo de austeridade interna imposto pelos credores, além de penalizar os devedores, é ineficiente para solucionar o problema da dívida, pois as altas transferências de recursos para o exterior, sem a correspondente contrapartida de novos empréstimos e investimentos, tendem a depauperar cada vez mais as economias dos países em desenvolvimento. E na Argentina, como no Brasil e em todo o bloco em desenvolvimento, o ajustamento interno torna-se mais traumático pela natureza dos produtos que exporta. Necessitando de saldos crescentes na balança comercial, para pagar os encargos da dívida, esses países só têm a oferecer ao mercado externo o que seu grau de desenvolvimento lhes permite, isto é, produtos primários e semimanufaturados,

além de manufaturados de baixa e média tecnologia. Em consequência, tendo menor poder de competição, sua pauta de exportações deprecia-se em relação às importações, agravando-se, assim, os termos de troca. Na Argentina, segundo o secretário da Fazenda, Mário Brodherson, o preço médio dos produtos exportados diminuiu 42% entre 1984 e este ano.

A deterioração dos termos de troca exige que se aumente a quantidade de produtos exportados para obter o mesmo saldo na balança, o que leva esses países a transferir renda para o setor exportador, via estímulos fiscais e cambiais. Mas como o aumento de oferta contribui para diminuir ainda mais os preços de exportação, no mercado internacional, essa política acaba gerando um processo contínuo de desequilíbrios internos, ao nível da distribuição de renda, e de pressões inflacionárias. Eventuais tentativas de interromper esse processo de forma unilateral, como se viu no Plano Cruzado, só duram o tempo

permitido pelo nível das reservas cambiais.

Está mais do que claro, portanto, que a saída para a questão da dívida está numa cooperação mais efetiva por parte das nações credoras, no sentido de aliviar o peso das transferências de recursos hoje exigidas das devedoras. Isso envolve a normalização dos fluxos de capital, sobretudo os de risco, o refinanciamento dos encargos da dívida atual a taxas de juro fixas e com "spread" mínimo ou zero e o prosseguimento da política de abertura no FMI, que já deu algumas mostras nesse sentido. Obviamente, para atenderem a todos esses desejos das nações devedoras, os governos das credoras necessitariam de uma visão de mais longo alcance do que têm revelado. O que eles parecem ignorar é que os interesses de seus contribuintes patricios estarão mais bem defendidos, para o futuro, se ajudarem as nascentes democracias latino-americanas, em vez de dificultar a consolidação delas com os planos recessivos de ajustamento.